

Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 16 de novembro de 2021

Ao décimo sexto dia, do mês de novembro, de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, via online, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 – Aprovação da ata da 20ª (vigésima) reunião do CONCIG; -----
- 3 – Aprovação do Relatório de execução da ENICC referente ao ano de 2020; -----
- 4 – Balanço da execução da ENICC (3º trimestre de 2021); -----
- 5 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-Comissária que, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta-Comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete, Berill Baranyai, Luís Pinto, Teresa Vieira, Francisco Azul e Luísa Costa.-----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes Conselheiros/as do CONCIG: Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas - ObCIG; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos; Bruno Gonçalves - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Sónia Matos - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas; Luís Romão - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Sílabas Dinâmicas - Associação Intercultural; Osvaldo Grilo - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra; Maria do Rosário Carneiro - Cidadã de reconhecido mérito; Lina Varela - Representante da Direção-Geral da Educação; Maria Fernanda Marreiros – Representante da Direção Geral da Saúde; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Paula Carvalheira – Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Olga Freire – Representante da Associação Nacional de Freguesias; Rita Mendes - Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; Rui Loureiro - Representante do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P, em substituição da Conselheira Adélia Costa; Rosário Godinho - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P, em substituição da Conselheira Catarina Marcelino; Alexandra Botelho - Representante do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais; Mariana Bettencourt – Representante do Governo Regional da Madeira; Rosa Lourenço - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em substituição da Conselheira Rosário Farmhouse; Vítor Almeida - Representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas catorze horas e cinquenta minutos após confirmação da existência de quórum com a presença de pelo menos 18 Conselheiros passando a informar que à semelhança de reuniões online anteriores também esta seria gravada para efeitos de registo da ata e apenas para esse fim. Dando as boas-vindas ao novo diretor do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, Dr. Francisco Neves, Departamento que tem sob a sua alçada o NACI que acompanha esta matéria dentro do ACM, a Sra. Alta-comissária deu-lhe a palavra para uma breve apresentação. -----

Após a apresentação do novo diretor do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, tomou a palavra a Alta-Comissária que passou ao ponto 1 da reunião referente à aprovação da ordem de trabalhos, remetida com a respetiva convocatória para a reunião, e que contempla também a aprovação da ata da 20ª reunião remetida a 20 de setembro e do Relatório de execução da ENICC referente ao ano de 2020, o balanço da execução da ENICC no 3º trimestre de 2021 e finalmente o tópico “Outros Assuntos”. O Relatório de execução da ENICC referente ao ano de 2020 foi igualmente remetido tendo sido recebidos e incorporados contributos que serão abordados no âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos. Não existindo qualquer objeção, a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2 da ordem de trabalhos referente à aprovação da ata da 20ª reunião do CONCIG informando que sobre a versão que havia sido remetida, foi recebido um contributo da Conselheira Rita Mendes relativamente à designação do IHRU o qual havia sido incorporado e corrigido. Face à ausência de discordâncias e não havendo mais questões a assinalar, deu-se como aprovada a ata da reunião anterior tal como fora remetida, apenas com a introdução da correção solicitada. -----

A Sra. Alta-comissária passou então ao ponto 3 da ordem de trabalhos referente à aprovação do Relatório de Execução da ENICC do ano de 2020. Foram recebidos contributos, sugestões, comentários de vários Conselheiros/as os quais foram devidamente incorporados no Relatório. Passou, assim, a identificar os comentários referidos, confirmando que os mesmos haviam sido incorporados na versão do Relatório e referindo que iria identificar os pedidos de alteração sem se referir necessariamente aos Conselheiros/as que os indicaram. Na página 5, último parágrafo: onde se lia o objetivo estratégico 5” foi o que mais contribuiu para a taxa de execução da ENICC”, havia um lapso, passando a constar: “o objetivo 2 foi o que mais contribuiu...”. Na página 15, último parágrafo, foi acrescentada referência ao dossiê “vozes ciganas” das newsletters do ObCIG. Na página 20, relativamente aos projetos FAPE, foi substituída a expressão “não foi totalmente atingida”, por “não foi totalmente concretizada”. Na página 22, relativamente aos indicadores referentes à área governativa da cultura, foi acrescentada referência relativa ao Programa da Habitação ao Habitat e ao financiamento da entidade “Um coletivo”. Na página 25, foi acrescentada informação relativa ao projeto Includ-Ed: “Relativamente ao projeto Comunidades de Aprendizagem Includ-Ed, este visa implementar, num conjunto de 48 unidades orgânicas, uma série de Ações Educativas de Sucesso (AES), baseadas em evidências científicas, que demonstraram reduzir o abandono e insucesso escolar, independentemente do contexto socioeconómico de cada comunidade educativa. Esta é uma abordagem abrangente, inovadora, testada e baseada em atividades envolvendo as comunidades locais e os pais dos alunos. As AES, assentes em bases científicas, enquadradas nas teorias internacionais, que enfatizam como fatores-chave da sociedade atual a interação e o envolvimento da comunidade, desenvolvem-se através duma abordagem

dialógica de ensino-aprendizagem, orientada para a transformação do contexto, partindo de expectativas elevadas para todos os alunos, envolvendo a família e a comunidade, criando significado e tirando o máximo partido da diversidade cultural. Estas 48 unidades orgânicas encontram-se em fase de implementação das ações, após um período de formação das equipas docentes. “Na página 28, foi acrescentada informação relativa às mulheres ciganas, colocadas em emprego, passando a citar: “As candidatas foram colocadas, na sua maioria, na categoria 9 da CPP (“Outros trabalhadores não qualificados”), num total de 11 pessoas. As restantes colocações dispersaram-se por diferentes grupos profissionais: empregados/as de mesa (2), montador/a de equipamentos elétricos (2), preparador/a conservador/a de peixe (1), diretor/a e gerente de restauração (1), vendedora em loja (1), agricultora (1), operadora de máquinas de fabricação de calçado (1), outro pessoal de segurança (1) e trabalhadora da costura (1). Refira-se igualmente que a idade das mulheres ciganas colocadas variou entre os 20 e os 63 anos. Relativamente às habilitações académicas, constata-se que 31,9% das mulheres colocadas possui o 9º ano de escolaridade, seguindo-se o 6º ano.” Na página 29, onde constava “306 profissionais capacitados”, passou a constar “306 profissionais participantes”. Na página 31, foi acrescentada referência ao Plano Nacional das Artes, designadamente à sua página de recursos educativos. Na página 35, foi acrescentada informação sobre “a ação de formação “A inclusividade e a interculturalidade como dimensões críticas da educação das crianças e jovens ciganos”. Na página 39, foi acrescentada informação sobre o Prémio ObCIG “Empresas Integradoras”. Na página 40, foi substituída a expressão “protocolos” por “acordos de cooperação”, ou seja, “7 acordos de colaboração em 2020 (entre o IHRU e municípios)”. Na página 41, relativamente ao indicador “N.º de fogos de pessoas ciganas envolvidos em intervenções de grande reabilitação”, foi também complementada informação: “apesar do IHRU, I.P. não poder identificar e registar informação sobre a etnia, religião, orientação sexual, entre outros, uma vez que a política pública de habitação prossegue, de acordo com a Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM n.º 50-A/2018, de 2 de maio), o princípio da universalidade do acesso a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, foi efetuada uma estimativa quanto ao n.º de agregados de pessoas ciganas que habitam em fogos dos bairros de habitação social do IHRU, IP que no decurso de 2020 beneficiaram de intervenções de grande reabilitação nas habitações e infraestruturas. Assim, o n.º de agregados familiares de etnia cigana, cujas habitações foram qualificadas em 2020, é estimado em 38”. Na página 44, foi acrescentada informação no penúltimo parágrafo, onde se adicionou “no referido seminário estiveram vários/as profissionais da área da saúde, com um papel específico para o efeito onde participaram duas enfermeiras e um estudante cigano de medicina”. Por último a Sra. Alta-Comissária agradeceu ainda a sugestão do Professor Jorge Vala relativamente à preparação de um sumário executivo que está a ser preparado e que será acrescentado também ao Relatório. Colocou assim à apreciação e análise do Conselho a aprovação do Relatório de Execução da ENICC do ano de 2020 lembrando a possibilidade de os Conselheiros/as se manifestarem, ou levantando a mão ou assinalando no chat. Não tendo sido registados mais contributos deu-se como aprovado o Relatório de Execução da ENICC referente ao ano de 2020, do qual será remetida a versão final que será também colocada, como habitualmente, no site do ACM. A Sra. Alta-Comissária informou ainda que irá ser feita uma edição gráfica para que o relatório

tenha um formato mais *friendly* para os seus utilizadores e que seja também visualmente mais apelativo após o que será remetida a sua versão final. -----

De seguida a Sra. Alta-Comissária passou para o ponto 4 da ordem de trabalhos, que dizia respeito ao Balanço da execução da ENICC para o 3º trimestre de 2021 referindo que do total de 148 Indicadores com metas na ENICC existem 77 com metas para este ano de 2021 e destes, até à data, recebemos o reporte de 40 indicadores concretizados até 30 de setembro, o que significa uma taxa de concretização de 52%. Solicitando à equipa do NACI para que pudesse projetar o gráfico que dá conta da visão mais global das metas que existem para este ano e o seu nível de cumprimento passou a assinalar os OE (Objetivos Específicos) com as respetivas metas apenas para o ano de 2021 e o nível de cumprimento das metas que se encontram maioritariamente ao nível dos 50%, algumas um pouco acima, mas duas ainda abaixo, o OE5 e o OE8 fazendo notar que já entrámos no último trimestre de 2021.-----

Em seguida deu a palavra aos representantes dos vários Institutos Públicos que contribuem para a execução da ENICC, para que pudessem apresentar o respetivo ponto de situação.-----

Foi dada a palavra ao Conselheiro Vítor Almeida, Representante da CIG, que por dificuldades sentidas na saída de som, viu adiada a sua intervenção tendo a Sra. Alta-Comissária dado então a palavra à Representante da CNPDCJ, Rosa Lourenço, em substituição da Conselheira Rosário Farmhouse. A representante da CNPDCJ referiu que tem sido feito um esforço na divulgação das ações de formação não tendo ocorrido, no 3º trimestre, mais nenhuma ação tendo em conta o período de férias. À data de hoje, segundo a mesma, já foi possível ministrar 7 ações de formação, estando neste momento com aproximadamente 193 CPCJs abrangidas pelas ações de formação. A expectativa é até ao final de ano a de conseguir chegar aos 70%. ----

-De seguida a Sra. Alta-comissária passou a palavra à Conselheira Lina Varela, Representante da DGE, salientando não existirem em relação ao ponto de situação anterior grande número de ações a assinalar, devido ao facto do 3º trimestre ter sido um período de férias escolares. No que se refere a ações de formação dirigidas às escolas TEIP, conseguiram mapear 10 que têm que ver com ações no âmbito do Plano Plurianual de Melhoria dos Agrupamentos de Escolas destes territórios. O Guião Pedagógico, já previsto e sendo uma meta em atraso, foi concluído, se bem que só divulgado no 4º trimestre. Foi também referida a conferência ocorrida no dia 9 de novembro em Torres Vedras, o que entrará no balanço de execução da ENICC para o 4.º trimestre. -----

A Sra. Alta-Comissária solicitou que a Conselheira disponibilizasse o link para o Guião no chat para partilha imediata com todos os Conselheiros/as tendo em seguida dado a palavra à Conselheira Cristina Pessoa, representante da DGESTE. A conselheira da DGESTE, informou que naquilo que são as competências desta entidade, para além de reiterar tudo aquilo que foi dito por parte da DGE, sempre que se torna necessária uma articulação, têm uma ação direta com as escolas envolvidas e é nesse sentido que o papel da DGESTE tem vindo a ser cumprido.-----

Seguidamente foi dada a palavra à Conselheira Paula Carvalheira, Representante da DGRSP. No presente ano civil a DGRSP não tem metas definidas na Estratégia continuando ainda a lutar para concretizar as definidas nos anos anteriores as quais, pese embora possam não funcionar para a Estratégia como taxa de execução, são algo que gostariam de cumprir. A conselheira informou que continuam a registar-se constrangimentos na contratualização de mediadores interculturais e estão a tentar explorar a possibilidade de implementar projetos a partir de várias linhas de financiamento uma vez que não têm este aspeto orçamentado, pelo que não

têm forma de contratar o serviço. A Sra. Alta-Comissária questionou se a dificuldade seria a de encontrar mediadores tendo a Conselheira referido que a dificuldade com que se deparam prende-se não com a localização de mediadores pois, embora não existam muitos, já os localizaram, mas sim na sua contratualização. Enquanto serviço público, para efetivar uma contratualização teria que ser ou através de avença ou através de contratualização total, não havendo abertura de vagas nos quadros. Desta forma, a alternativa que o departamento está à procura é a da criação de projetos piloto onde, com o cofinanciamento vindo de outras linhas pudesse dar o input financeiro necessário que precisam para a contratualização desses mediadores. A Sra. Alta Comissária sugeriu que a Direção-Geral talvez pudesse avaliar recorrer aos mesmos mecanismos que o ACM tem adotado para a contratação de mediadores através da realização de protocolos com Associações pelo que propõe o agendamento, caso haja interesse, de uma reunião envolvendo os Recursos Humanos para partilharem o processo seguido bem como a experiência de contratação de mediadores através deste programa de mediadores municipais interculturais que o ACM financia através do POISE. Referiu ainda que uma aproximação da parte da DGRSP a alguns municípios talvez possa constituir também uma possibilidade de colocar alguns destes mediadores que neles se encontram a trabalhar, também no apoio à sua área. A Conselheira Paula Carvalheira agradeceu esta hipótese de reunião no sentido de exploração de mais alternativas e mecanismos que eventualmente lhe estejam a escapar uma vez que a necessidade existe estando a implementação da medida bloqueada devido a esta questão financeira. Sublinhou ainda que todas estas sugestões são boas ideias e talvez desta forma se possa conseguir por exemplo em projeto piloto pois muitas vezes basta desbravar o caminho num Estabelecimento Prisional sendo depois mais fácil a disseminação para outros territórios. Tendo já reunido com 3 associações para análise da viabilidade deste processo, contudo depara-se com o problema de a própria DGRSP não possuir verba destacada para essa contratualização. Fez um contacto num dos municípios, mas não conseguiu ainda evolução. A Sra. Alta-Comissária referiu que faremos esse follow-up a que a nossa equipa dará seguimento numa lógica de partilha daquilo que tem sido feito nesta área. Posteriormente foi dada a palavra à Conselheira Fernanda Marreiros, Representante da DGS, que referiu não terem ainda enviado o reporte de execução neste 3º trimestre, tendo em conta o período de férias assim como o facto de não ter conseguido reunir a informação de todos os colegas, que já contactou, nomeadamente do Algarve e Lisboa sendo que do Centro não houve ainda a definição do interlocutor regional. Relativamente às medidas há alguns indicadores da saúde que já foram abordadas como muito difíceis de medir, tendo apostado nas metas e nos indicadores sobre a formação. Em parceria com o ACM, I.P., têm realizado algumas atividades com projetos com o Programa Bairros Saudáveis uma vez que existem alguns projetos que estão direcionados para as comunidades ciganas e que podem dar contributos para algumas medidas que estão descritas na Estratégia. Neste trimestre realizaram algumas atividades com o Francisco Azul e com a Marisa Horta para alguns projetos na comunidade, com os colegas da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e com a colega Fernanda Silva. Contactou recentemente a sua superior hierárquica da DGS para reunirem no sentido da realização de uma análise SWOT de 2021 esperando que a pandemia sofresse uma melhoria de 2021 para 2022, sendo a situação atual consideravelmente melhor, mas ainda a retomar algumas atividades de cuidados de saúde. -----

Seguidamente foi dada novamente a palavra ao Conselheiro Vítor Almeida, Representante da CIG, tendo reportado que referiu que neste último trimestre houve uma candidatura do INA - Instituto Nacional de Administração a um aviso do POISE, dedicado à formação de públicos estratégicos, tendo a CIG sido o Organismo Intermédio deste financiamento. No âmbito desse apoio que está a ser concedido ao INA, tem estado em curso um plano de formação dirigido à Administração Pública Central que contempla um módulo formativo intitulado “Vítimas em situação de vulnerabilidade acrescida” com uma duração de 24 horas. Nesse âmbito serão apresentadas abordagens específicas na intervenção, mais atentas à realidade das comunidades ciganas e de outras. A CIG não dispõe ainda de dados relativos ao número de formandos/as nem à caracterização das pessoas que frequentaram estas ações de formação, mas a seu tempo irão reportar esses dados. Informou ainda que a CIG encontra-se a preparar os próximos Planos de Ação quadrienais, quer para a igualdade entre mulheres e homens quer no combate à violência de género e nesse âmbito irá considerar algumas medidas de política que visam as comunidades ciganas e em particular as meninas, as raparigas e as mulheres ciganas. No âmbito da prevenção e do combate às práticas tradicionais nefastas informou que em breve será apresentado um Livro Branco sobre a problemática específica dos casamentos precoces, sendo de prever que na sequência das recomendações desse documento sejam intensificados os trabalhos sobre esta matéria. Já no que diz respeito às práticas tradicionais nefastas, o foco das políticas públicas promovidas pela CIG tem sido promover o tema da mutilação genital feminina, e em linha com orientações internacionais, começaram a desenvolver também políticas públicas sobre os casamentos e a trabalhar também com outras comunidades incluindo as comunidades ciganas. -----

Seguidamente tomou a palavra o representante do IEFP, Rui Loureiro, em substituição da Conselheira Adélia Costa. Relativamente aos indicadores de um modo geral grande parte dos que estão consignados em portaria foram ultrapassados permanecendo no entanto dois nos quais registam alguma dificuldade em pôr em execução que é a integração de mulheres ciganas em estágios e apoios à contratação, assim como a formação de formadores dedicada à integração das comunidades ciganas considerando decorrer também fruto da situação de pandemia verificada uma vez que o IEFP sofreu algum impacto em termos de serviços prestados, atendimento, etc, tendo inclusivamente muita formação que ser suspensa ou assegurada em regime de e-learning. Noutros indicadores superaram muito os objetivos que foram traçados para o IEFP, designadamente o processo de tutoria para a procura de emprego, contratualização de PPE - Plano Pessoal de Emprego, etc. Deu nota ainda que, e em interação principalmente com a Dra. Marisa Horta, se encontram a preparar alguma nova informação que consideram eventualmente relevante que o Instituto possa dar e que não está consignada na Portaria, designadamente aquela que a Sra. Alta-Comissária mencionara sobre a integração no mercado de trabalho. Do ponto de vista da formação tiveram cerca de 300 pessoas inscritas em formação vida ativa e 500 em formação modular e em termos de formação com um nível de escolaridade tiveram 60 pessoas no nível B2 para o 6º. Encontram-se a preparar o levantamento do que é que foi feito este ano, que projetos locais é que foram postos em prática, uma vez que os serviços locais do Instituto têm projetos muito localizados, muito específicos, que variam muito de região para região no país. Deste trimestre ainda não possuem essa informação compilada para partilhar com o CONCIG. -----

A Sra. Alta-Comissária agradeceu o contributo e a menção da colaboração próxima existente com o NACI sublinhando a disponibilidade para a concretização dos indicadores. -----
Em seguida foi dada a palavra à Conselheira Rita Mendes, Representante do IHRU, que referiu que se mantêm os indicadores que têm previsto para este ano em relação aos períodos anteriores. Reportando ao mencionado em sede do Relatório de 2020 no que se refere à impossibilidade de detalhar quem são concretamente as pessoas que estão nessas casas e assim obter uma aproximação daquilo que é a realidade em termos de agregados de famílias ciganas abrangidos na questão da grande reabilitação, transmitiu que à semelhança do esforço que fizeram na tentativa de pelo menos dar uma previsão, ou ter uma aproximação daquilo que é a realidade em termos de agregados de famílias ciganas abrangidos na questão da grande reabilitação estão a tentar concretizar estes dados para apresentação neste 3º trimestre contando mais com a perceção dos técnicos que fazem o trabalho a nível local e que visitam os bairros e que portanto conhecem as pessoas que neles habitam do que propriamente como indicador muito estável e muito fidedigno no sentido absoluto. Contudo, consideram que apesar de não ser um número rigoroso é com certeza melhor transmitir esta informação ancorada na experiência das pessoas que trabalham diretamente em termos de intervenção social, do que não apresentar obviamente nenhuma execução e isso dar uma ideia de que não há nenhum esforço, nem há nenhuma abrangência em termos dessa medida por parte do IHRU, o que não daria nota daquilo que tem sido o esforço enquanto instituição para obviamente incluir estas famílias nos melhoramentos que conseguem fazer nas habitações no seu parque habitacional. Salientou ainda que, como já transmitido, até 30 de setembro continuaram num ritmo bastante intenso de assinatura de acordos de colaboração com os municípios no sentido de operacionalizar as soluções que identificaram ao nível das estratégias locais de habitação sublinhando ser muito importante que a perceção que os Municípios têm e que conseguem plasmar e transpor nas suas estratégias, que são posteriormente submetidas à aprovação do IHRU, possam concretizar, incluindo todas estas situações destas famílias que vivem no seu território de atuação. -----

A Sra. Alta-Comissária sublinhou a importância de considerarem, no que se refere às estratégias locais de habitação, que através do protocolo que o ACM assinou com o IHRU, poderem também emitir pareceres relativamente às estratégias que são apresentadas pelas autarquias. Assim, e mediante solicitação do IHRU, sempre que exista alguma preocupação de que as situações das comunidades ciganas possam não estar a ser devidamente acauteladas nestas estratégias, o ACM também conta com o IHRU para ser envolvido e assim também poder comentar naquilo que tem a ver com o seu conhecimento sobre a situação das comunidades ciganas em cada um dos territórios. Referiu ainda que já teve oportunidade de falar com o Presidente do IHRU a este respeito já tendo sido sinalizadas algumas situações que nos preocupam em alguns municípios.-----

A Conselheira Rita Mendes referiu crer que esta dimensão já havia sido abordada pela senhora presidente com a área de intervenção que faz esse acompanhamento ao nível da análise das estratégias e do próprio apoio técnico que é prestado para a sua execução, não sendo propriamente a área onde se fazem representar no CONCIG mas há um trabalho muito próximo entre a própria Presidente e essa área de intervenção. Nesse sentido considera que se deve operacionalizar quer o protocolo, quer esta sensibilidade que o ACM tem, muito particular, e que com certeza deve ser incorporado na gestão do próprio programa.-----

Seguidamente foi passada a palavra à representante do ISS Rosária Godinho, em representação da Conselheira Catarina Marcelino que partilhou terem sido este ano desenvolvidas 2 ações de formação, uma em 20 de abril, abrangendo 25 formandos e outra em 7 de maio, abrangendo 23 formandos e das quais se obteve um bom feedback dos profissionais da Segurança Social envolvidos. Têm também criado um mecanismo de recolha de dados de monitorização junto dos 18 Centros Distritais que lhes enviam trimestralmente os dados relativos aos atendimentos e acompanhamento social que é feito pelos técnicos aos beneficiários de etnia cigana. Informou não poder divulgar para já os números dos quais já têm registo pois não são ainda definitivos, o que poderá fazer mais tarde. Há uma questão que ainda não conseguiram trabalhar e que se prende com o modelo diagnóstico que inclui a informação sobre pessoas ciganas uma vez que atualmente o plano de enquadramento, porque se encontram num processo de descentralização, fará passar as competências de ação social para os Municípios, pelo que ainda estão a analisar como poderão atingir esse objetivo.-- De seguida foi passada a palavra à Conselheira Alexandra Botelho, Representante do MC, que fez menção a várias condicionantes sobre os dados a reportar nomeadamente com a pandemia, porque a cultura esteve parte do ano fechada, e neste 3º trimestre com a dimensão férias escolares uma vez que os seus serviços educativos trabalham muito da proximidade com a Escola. Fez ainda menção à dificuldade sempre sentida na recolha trimestral da informação uma vez que é muito pesada por motivos relacionados com a sua considerável desmultiplicação e capilaridade, constituindo por isso uma rede muito extensa e que é muito difícil trimestralmente ativar. Desta forma, o que muitas vezes sucede é que quando tem que prestar informação trimestral está ainda a rececionar dados de trimestres anteriores. Destacou ainda as ações reportadas pelo Plano Nacional de Cinema que tem uma preocupação de levar público mais jovem ao cinema, em salas de cinema, optando-se sempre por estas em detrimento do cinema na escola e em articulação com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania foram proporcionados a 19 agrupamentos de escolas abrangendo 225 alunos, o visionamento de duas curtas-metragens da Leonor Teles a Rhoma Acans e a Balada do Batráquio, seguido de reflexão e debate sobre o anticiganismo. A Direção Regional de Cultura do Norte reportou uma ação desenvolvida pelo Museu de Lamego com os Monumentos do Vale do Varosa em parceria com alguns municípios que promovem habitualmente o Festival Sangue Novo em Veias Antigas, que este ano voltou a acontecer, tendo decorrido na Torre do Canha em 28 de agosto e que tem muito a ver com a promoção do património e a divulgação de artistas mais jovens que trabalhem dimensões sociais. Aconteceu assim um espetáculo com uma companhia de dança de Lamego que apresentou uma coreografia especialmente concebida sobre o nomadismo contemporâneo, tendo estes contributos sido acompanhados de imagens para depois serem mais fáceis de integrar no Relatório deste ano. No dia 8 de abril, dia internacional do cigano, a mesma Direção Regional fez uma sinalização em todas as redes sociais dos seus vários organismos e museus nas quais foi partilhada uma pintura do século XVII de André Reinoso, um óleo sobre madeira relativo a um episódio bíblico que é “Repouso na Fuga para o Egito” com um texto explicativo a acompanhar esta leitura simbólica do acolhimento da comunidade cigana na arte portuguesa.-----

A Sra. Alta-Comissária passou então a palavra à coordenadora do NACI, Marisa Horta, para apresentação do ponto de situação dos serviços do ACM. Relativamente às metas da responsabilidade do ACM continuou-se no 3º trimestre com as formações sobre História e

Cultura Cigana tendo sido até ao momento ministradas 45 ações num total de cerca de 4271 horas abrangendo 1012 participantes a 23 entidades diferentes aproveitando uma vez mais para endereçar um agradecimento aos colegas responsáveis por estas formações, Dr. Francisco Azul e Dra. Teresa Vieira, por todo o esforço e empenho nas mesmas. No âmbito destas ações já foram concluídas várias metas previstas na ENICC nomeadamente a formação à Administração Central, à Administração Local, à SS, etc., faltando concluir a meta referente ao número de ações às Forças de Segurança (até ao momento ministraram-se 11 ações) e à CNPCJ em que já foram ministradas mais ações de formação do que aquelas previstas na ENICC mas ainda não se conseguiu atingir a meta dos 100%. Por outro lado, promoveu-se como previsto na ENICC ações de formação ministradas pela CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e pela equipa de desigualdades interseccionais do ACM. Relativamente a outras medidas que se tenha dado cumprimento, referiu os Círculos de Fala em que já foram realizados 3 Círculos, em Évora, Lisboa e Vila Verde, o Romed que se conseguiu em 2021 atingir a meta dos 13 concelhos, que já era uma meta de anos anteriores e mencionou ainda a existência de várias metas que foram atingidas pelo trabalho dos projetos PACC e FAPE. Desta forma, foi referido que, quer o PAAC, quer o FAPE, contribuíram em grande medida para a execução da ENICC, bem como os projetos de mediação intercultural, no âmbito do POISE. A coordenadora do NACI, referiu que estão com mais dificuldade neste momento em realizar a ação de sensibilização dirigida a locadores em parceria com a Associação Nacional dos Proprietários e que apesar das diversas insistências nem uma reunião com os mesmos foi possível realizar, bem como a aprovação de projetos do PACC em 2021, atendendo a que houve um atraso no lançamento desta edição e provavelmente os projetos só serão aprovados em janeiro de 2022. Mencionou ainda a Conferência anual realizada em parceria com Direção Geral de Educação no mês de novembro, portanto já neste último trimestre, constituindo uma meta da ENICC já cumprida e da qual partilhou o link da conferência para os/as Conselheiros/as que não assistiram se tiverem interesse, ainda poderem assistir. -----
Finda a apresentação sobre o ponto de situação de cada uma das entidades presentes a Sra. Alta-comissária passou a palavra a quem desejasse intervir iniciando pelo Conselheiro Osvaldo Grilo que referiu ter feito um pedido de intervenção aquando da menção por parte da Conselheira Paula Carvalheiro sobre a questão do projeto-piloto. Assim, quis dar nota de que tem andado a trabalhar em conjunto com a Conselheira Paula Carvalheiro, tendo referido o envio não só de um esboço deste projeto que não passou desse ponto mas também a informação sobre uma candidatura à Fundação La Caixa. Por outro lado, referiu não entender que há 2 anos não se consiga obter um financiamento para este projeto piloto que se podia implementar em outras cidades, sendo a sede Coimbra ou outra parte do país. Informou que tem 15 ex-reclusos na ASRCCC onde têm residência pois estes não têm residência para receber quer o RSI, quer correspondência pessoal. Tem ainda outros mais que estão com prisões domiciliárias, pulseiras eletrónicas, comentando que apenas ele próprio e sem recursos financeiros, tudo em regime de voluntariado daria para fazer a estratégia da Direção Geral dos Serviços Prisionais. Quis deixar ainda uma nota de que há necessidade de dinheiro para se poder avançar, não podendo ser apenas voluntariado. Acrescentou ainda que quando há muitos anos o Conselheiro Bruno Gonçalves havia dito que queria ver jovens estudantes universitários e formados, houve pessoas que se riram, mas que pelos vistos ele sonhou algo e

não foi utopia nenhuma. Deste modo considera que também este projeto não seja nenhuma utopia e que se pode concretizar com a vontade de todos. -----

A Sra. Alta-Comissária referiu que daremos continuidade a este contato, envolvendo também a Associação de forma a encontrarmos alguma forma de viabilizar, pelo menos um arranque, para este projeto de mediadores.-----

De seguida foi dada a palavra ao Conselheiro Bruno Gonçalves que no âmbito das Estratégias Locais de Habitação manifestou preocupação, uma vez que não sabe a veracidade da notícia do Jornal Público relativamente à Estratégia Local de Habitação de Beja quando deixaram de fora, segundo a notícia, o Bairro das Pedreiras. Pediu assim um esclarecimento relativamente a esta questão endereçando a sua pergunta para o IHRU ou então para o ACM dado que, de facto, existem estes protocolos com o IHRU, se de facto é real ou não, que estas estratégias podem ser alteradas de 6 em 6 meses e gostava de saber se isso de facto é verdade e se as Estratégias Locais são elas aprovadas em Assembleia Municipal se, portanto, os membros da Assembleia Municipal voltarem a não colocar o Bairro das Pedreiras na Estratégia Local de Habitação, o que é que se poderá fazer.-----

Tomando a palavra a Sra. Alta Comissária referiu que a questão sobre as Estratégias Locais de Habitação deve ser respondida pelo IHRU acrescentando que aquilo que o ACM tem estado a fazer é a alertar, sinalizando junto do IHRU, pois não tem acesso à Estratégia a menos que a mesma seja partilhada com o ACM. Se houver da parte do IHRU necessidade de algum parecer ou informação por parte do ACM é possível também haver comunicação no âmbito do processo de análise das Estratégias.-----

Em seguida passou a palavra à Conselheira Rita Mendes para uma explicação do procedimento. A Conselheira, dada a especificidade das questões considerou que a forma mais fácil de tratar a questão, seria a exposição por email que facultaria podendo, desta forma, a área responsável pela receção das estratégias e da sua validação ou não, e até do próprio apoio técnico que é dado à Estratégia, enquadrar a resposta. Não o irá fazer na medida em que não tem essa autonomia e não pretender comprometer a expectativa de resposta. -----O Conselheiro Bruno Gonçalves considera o caso importante e urgente sublinhando o facto de se estar no CONCIG pelo que a resposta não poderá ser apenas no âmbito individual, mas no âmbito coletivo, na medida em que todos estão preocupados com esta situação. Referiu ainda que se se está no CONCIG é para se obter respostas e esclarecimentos se existem algumas dúvidas, sob pena de se estar neste Conselho Consultivo a não fazer nada. Chamou a atenção para o fato da notícia da exclusão do Bairro das Pedreiras de uma Estratégia Local, da qual não sabe a veracidade, ser alarmante não apenas para si mas para todo o CONCIG que partilha a responsabilidade e o direito de obter respostas do IHRU enquanto órgão que procede à sua monitorização e avaliação e sem as quais fica sem poder também dar algumas respostas a quem de facto também lhes pedem todos os dias.-----

Referiu ainda a Conselheira Rita Mendes, que a atuação é direccionar a pergunta para obter uma resposta reunindo a informação que lhe caiba responder. Sublinhou ainda que não tem em termos de enquadramento das suas atribuições, autonomia para poder dar essa resposta mediante este contexto e apenas nessa medida o redireccionava. -----

A Sra. Alta-comissária tomou a palavra sugerindo adotar-se a metodologia de colocar em agenda para a reunião seguinte. Assim convidava o IHRU para que na próxima reunião do CONCIG, onde se colocará como um ponto da ordem de trabalhos o tema das Estratégias

Locais de Habitação, fazer uma apresentação sobre a forma como estão a correr estas Estratégias e a abordar algumas questões como esta do Bairro das Pedreiras que foi noticiada e que o ACM IP também já teve a oportunidade de colocar ao IHRU. Referiu ainda ser desejável obter alguma resposta mais específica ou haver um trabalho em conjunto para algum resultado que ainda não está a ser possível obter no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Em termos de articulação técnica a equipa do NACI articulará diretamente com o IHRU para se preparar este ponto para a próxima reunião do CONCIG. -----

Pedi a palavra o Conselheiro Francisco Monteiro considerando essencial saber o que o IHRU irá fazer com a Estratégia Local de Habitação que o Município de Beja enviou, acreditando que não a autorizará e que é importante esclarecer o que se passa para fazer um ponto da situação. Questionou ainda a atitude final do IHRU em relação às propostas que recebe e que denominou de viciadas por falta de veracidade em relação à situação dos ciganos. Acrescentou à situação mencionada pelo Conselheiro Bruno Gonçalves sobre a situação de Beja o problema velho, já antigo e nunca resolvido até agora, dos ciganos nómadas compulsivos, sobretudo concentrados em Évora a quem negam sistematicamente a presença. -----

A Sra. Alta-comissária reforçou a ideia da necessidade da preparação deste trabalho acrescentando que da articulação que fez com o IHRU, este no âmbito do processo da avaliação das Estratégias, solicita esclarecimentos aos Municípios e neste caso em concreto, também solicitou esclarecimentos adicionais ao município de Beja. Relativamente ao aprofundamento desta questão e para uma compreensão mais abrangente do procedimento que está a ser adotado pelo IHRU na avaliação das Estratégias Locais de Habitação e na articulação com os Municípios, propôs deixar como ponto para a próxima reunião do CONCIG.- Seguidamente foi dada a palavra à Conselheira Sónia Matos. Na sequência do seu pedido de intervenção quis colocar uma questão relacionada com a Estratégia de Habitação referindo que no Seixal se deparam com essa problemática, tendo conhecimento de cerca de 465 pessoas, maioritariamente da comunidade cigana, que estão em vias de perder a sua habitação, encontrando-se em lista de espera para uma casa e para as quais não há previsões nem respostas. Na posse do Plano de Habitação do Seixal, refere que aquilo que está previsto até 2025 é a reintegração da população do Bairro a que chamam o Bairro da Jamaica sito no Fogueteiro. Por outro lado, ouviu dizer que a Câmara estaria em conversação com o IHRU no sentido de viabilizar as casas que existem vazias e fechadas, por exemplo, na Arrentela, referindo que se poderia agilizar estes processos pois sabe da existência de muitas casas vazias considerando um crime haver tantas famílias na rua e haver tantas casas fechadas. Chamando a atenção para a burocracia e falta de vontade existentes para que os processos se resolvam, relatou que tem recebido pedidos de ajuda de mulheres que estão em vias de perder as suas casas, porque estavam em casas alugadas e devido à situação da pandemia sofreram grandes dificuldades e não conseguiam pagar as rendas, estando na disposição de se manifestarem na rua com os filhos e com os carros para o que contarão com o apoio da AMUCIP o que já foi transmitido à Câmara Municipal do Seixal. A conselheira lamenta que se tenha que chegar a esta situação, mas face à ausência de respostas e após várias tentativas de resolução do problema por diversas vias, nomeadamente com reuniões com a Câmara, com o ACM e outros meios para que estas pessoas pudessem alugar casas já não sabem a quem mais recorrer. Considera que está na altura de passar do debate e da reflexão, que dura há 20 anos, para obterem algum feedback pois falamos da Estratégia de Integração da Comunidade Cigana e

apesar de todo o trabalho feito pelo ACM, considera que tem que haver muito mais trabalho, força e participação do governo. A conselheira apela ainda à união das associações ciganas e às entidades e pessoas presentes no CONCIG, para que movimentem ações para que a situação se possa resolver, pois considera que o problema aqui é pertencer à comunidade cigana, pelo que poderia haver uma entidade que se responsabilizasse para que estas pessoas pudessem fazer esse aluguer de casa. Assim considera muito importante que haja esta reunião com o IHRU para que apresentem realmente o que é que está a ser feito na Estratégia com a comunidade cigana e com a habitação não desejando chegar a posições extremadas e chamar os Órgãos de Comunicação Social na certeza de que depois toda a gente se vai movimentar e há casas e arranja-se tudo e mais alguma coisa. Relatou que testemunhou o que o Conselheiro Francisco Monteiro referiu, tendo assistido a uma família ser levantada e as tendas cortadas para impedir que tenham panos para esticar noutros locais lamentando que o que se pratica em Portugal, que vai contra todos os princípios e todas as leis. -----

A Sra. Alta-Comissária reforçou estarmos aqui também para trabalhar nesse sentido embora com as dificuldades que vamos enfrentando, mas iremos tentar avançar com esta proposta com o IHRU, ficando já esse compromisso para a próxima reunião do CONCIG. Pediu ainda uma clarificação sobre o apelo feito a que se pudesse trabalhar mais na questão da dificuldade no acesso à habitação no arrendamento privado que coloca muitas pessoas ciganas na necessidade de ter uma habitação municipal, através de uma entidade responsável para poder facilitar este acesso, e se teria a ver com criar mais pressão, mais mecanismos para que o arrendamento privado também seja uma opção.-----

A Conselheira Sónia Matos referiu quererem ter essa opção na medida em que já há quem tenha condições de vida que permitem assegurar uma renda e que não são obrigados a viver em bairros sociais. Relatou ainda a sua dificuldade pessoal em alugar uma casa mencionando um episódio pessoal familiar em que uma possibilidade de alugar uma casa foi anulada pelo proprietário com que havia feito o acordo de aluguer quando se apercebeu que se tratavam de pessoas ciganas. -----

A Sra. Alta-comissária indicou que iremos retomar esse assunto, tendo passado ao ponto 5, Outros Assuntos, partilhando alguma informação mais detalhada face ao que já fora mencionado bem como alguma informação adicional relativamente ao trabalho que o ACM tem vindo a desenvolver. Assim e no que diz respeito à 4ª edição dos projetos FAPE - Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, já foi concluída a edição de 2020/2021 com 15 projetos que foram financiados. Destes, destacou e partilhou 5 exemplos de outputs solicitando à equipa do NACI que colocasse no chat os links que o ACM possui e que ajudam a divulgar também o trabalho que tem sido realizado, o que foi efetuado de imediato pelo técnico da equipa do NACI, Dr. Luís Pinto. Um primeiro exemplo foi o das Terras Dentro, o Relatório do Estudo de caracterização das comunidades ciganas do Alvito, Cuba, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo e Vidigueira. Este estudo, realizado no âmbito do FAPE não se encontra ainda publicado na sua totalidade, mas existem já infografias disponíveis que foram publicadas pela entidade promotora do projeto no seu Facebook, sendo nessa qualidade a partilha do resultado do projeto divulgado por esta entidade não havendo nenhuma validação nem verificação da parte do ACM. O segundo exemplo foi a campanha de sensibilização contra todas as formas de violência contra as mulheres, da Associação Agarrar Exemplos. Esta campanha foi realizada em Almada, envolvendo a sensibilização de 30

mulheres ciganas tendo sido publicada no seu Facebook e incluiu a partilha de imagens de mulheres ciganas com frases contra a violência doméstica. Outro exemplo foi o da Beira Serra, a Rubrica Mitos ou Verdades sobre a Comunidade Cigana da Rádio Cova da Beira, contendo 42 pequenos áudios de aproximadamente 2 minutos, disponíveis no *Spotify*, que têm por objetivo quebrar mitos sobre as comunidades ciganas. A Sra. Alta-comissária relembrou ser este o output do projeto tal como ele foi concebido por esta entidade ficando a partilha também para acesso, conhecimento e até também para os Conselheiros/as formularem a sua opinião sobre os materiais que foram produzidos. Um outro exemplo foi o Evento jornadas educativas de mulheres ciganas da AMUCIP realizado a 29 de julho 2021 no Seixal, e que contou com 71 participantes. Por fim mencionou o exemplo da Adilpom, Vídeo de celebração do dia nacional das pessoas ciganas, 24 de junho, publicado no seu Facebook. A Sra. Alta-comissária informou ser intenção do ACM a criação de uma área no seu site dedicada à partilha de resultados de projetos financiados e que se está a trabalhar nisso e logo que essa área esteja disponível também partilharemos com todos/as os/as Conselheiros/as. Para além disso deu também nota de que o ACM organizou no dia 15 de setembro um encontro de Associações Representativas de Pessoas Ciganas que contou com 16 participantes, 10 associações ciganas vindas de 8 concelhos, Lisboa, Almada, Seixal, Loures, Figueira da Foz, Elvas, Coimbra e Porto tendo constituído um momento muito importante também de partilha entre as associações sendo uma iniciativa à qual o ACM dará também continuidade para promoção destes processos de encontro, de troca de informação e de experiências. Informou ainda que uma das ações que o ACM também implementa é o Programa OPRE, em parceria com a Associação Letras Nómadas, que é um programa de Bolsas para estudantes do Ensino Superior que viu recentemente concluída a sua 5ª edição. Realizou-se um encontro final na Figueira da Foz que contou com a presença de 29 bolseiros/as que concluíram a edição no ano letivo de 2020/2021 e no qual foram atribuídas 41 bolsas a 22 rapazes e 19 raparigas entre os 18 e os 45 anos. Destes 29 bolseiros/as, 13 raparigas e 16 rapazes e apesar de ainda não termos uma taxa de sucesso do percurso educativo no ensino superior, indicou podermos informar que 6 bolseiros/as OPRE concluíram as suas licenciaturas: 1 bolseiro em Direito, 2 bolseiras em Ciências da Comunicação, 1 bolseiro em Educação Social, 1 bolseira em Serviço Social e 1 bolseiro em Medicina Dentária. A próxima edição está já em preparação e esperamos que possa ser lançada ainda este mês. Fez ainda referência a um outro programa de incentivo ao ensino, as Bolsas ROMA Educa que se destinaram na última edição, ao 3º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário. Foram apoiadas diretamente pelo ACM 120 crianças, 62 alunas do sexo feminino e 58 alunos do sexo masculino envolvendo 46 concelhos e jovens ciganos, nos ciclos de ensino: 11 bolseiros do 7º ano, 9 do 8º ano, 50 do 9º ano, 27 do 10º ano, 17 do 11º ano e 6 do 12º ano. Esta edição do Programa ROMA Educa foi implementada em parceria com 3 associações representativas das comunidades ciganas: a Costume Colossal, a Sílabas Dinâmicas e a Associação Sociocultural e Recreativa Cigana de Coimbra às quais agradeceu este trabalho em parceria considerando-o muito importante para o sucesso desta implementação, face aos desafios que o acompanhamento a estes bolseiros apresenta. Deu ainda nota de que a próxima edição já se encontra em preparação para ser lançada muito em breve, de modo que se possam apoiar também as crianças e jovens que já iniciaram o ano letivo, tendo-se registado algumas questões internas para resolver relativamente a algumas melhorias que se querem introduzir no regulamento e que atrasaram o seu lançamento. No que se refere a uma

outra iniciativa que também já havia sido partilhado, os PLICC - Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas com financiamento europeu, está já a fazer-se uma nova ronda de reuniões técnicas com os municípios que transitaram da 1ª edição (Projeto PLICC1) para a 2ª edição na qual serão apoiados no acompanhamento à fase subsequente à 1ª fase da elaboração com o objetivo da criação e fortalecimento de sistemas de Monitorização e Avaliação. Estão envolvidos neste processo Barcelos, Estremoz, Évora, Figueira da Foz, Matosinhos, Moura, Oeiras, Porto e Tomar sendo que já existem “Cartas de compromisso” assinadas por novos municípios tais como as Cartas de Carrazeda de Ansiães, Serpa, Entroncamento e Santarém, esperando em breve receber também a Carta de Alfândega da Fé, os quais vão entrar pela primeira vez nesta edição do PLICC e a fazer a sua elaboração. Partilhou esperar que as infografias de que o ACM tem vindo a falar, possam ser lançadas em dezembro e para esse fim lançou um apelo às entidades presentes, dizendo que as entidades que consideram que têm informação que possa apoiar também esta ação de divulgação, em especial ao ISS, IEFP e à DGE ou à área da educação, referindo ter também a Cultura dados muito interessantes, ou seja, um conjunto de iniciativas, dados e informação sobre a execução de projetos muito interessantes que têm sido realizados nesta área que podem vir a ser divulgados através de infografias, que são uma forma mais simples e ágil de dar visibilidade a estes processos. Deu também nota de que para além das infografias que o ACM propôs também o IEFP partilhou com o ACM dados que consideram poder vir a integrar também este processo de divulgação de infografias. -----

Na sequência do pedido de intervenção efetuado foi em seguida dada a palavra à Conselheira Maria do Rosário Carneiro que agradecendo toda a informação que foi dada e referindo não desejar atrasar a conclusão da reunião, referiu desejar fazer um comentário sobre o último tema que foi referido aquando da apresentação da execução da ENICC, relativamente à questão da habitação. Tendo ficado abordado que na próxima reunião do CONCIIG o IHRU irá fazer um ponto da situação sobre esta matéria, a conselheira defende uma urgência e necessidade de uma maior proatividade relativamente às questões que foram levantadas pelos vários/as Conselheiros/as, que referiram a problemática da habitação e das situações dramáticas que comprometem e afetam severamente a qualidade de vida desta população. Considerando a situação muito grave e, sem qualquer atitude demagógica, uma clara violação dos Direitos Humanos desejou deixar este alerta, interpelando a Sra. Conselheira representante do IHRU para que possa transmitir esta preocupação à tutela dizendo que se trata de uma situação muito grave e que nesta reunião foi manifestada esta preocupação não se podendo aguardar pelo ponto de situação sem que nada tenha sido feito entretanto e sem garantia que alguma coisa seja feita, bem como apelando à Sra. Alta-comissária que refere ter a tutela e responsabilidades muito claras nesta área, para que solicite esta reunião de modo a que constitua também um veículo junto das autoridades competentes, do Governo, da respetiva administração. Para além disso e agradecendo e salientando a importância de toda a informação que foi dada relativamente à execução da ENICC insistiu na importância de serem obtidos indicadores de impacto, sentindo a necessidade de saber no que é que isso mudou e impactou a vida das pessoas, uma vez que enquanto isso não acontecer tem apenas registo de ações, e para reagir como Conselheira, para avaliar se a Estratégia se está a concretizar e a atingir o seu objetivo, de promoção a integração das pessoas ciganas, das que vivem em situação de exclusão, continua a ter uma informação muito insuficiente para poder

desempenhar o seu papel.-----

Tomando a palavra, a Sra. Alta-Comissária referiu que no que se refere à questão da habitação, o que aqui foi colocado ao IHRU foi a possibilidade de trazer até a este fórum do CONCIIG a sua apresentação para partilha daquilo que está a ser realizado em termos de estratégias locais de habitação para se ter também aqui essa informação, sublinhado que em nenhum momento quis dizer que não se irá trabalhar nesta questão, pois como teve oportunidade de mencionar existe uma articulação que tem sido feita com o IHRU relativamente às questões levantadas e que se está e continuará a trabalhar sobre esta matéria. As reuniões bilaterais, entre o ACM e o IHRU ou envolvendo também as próprias associações é um trabalho feito à parte e em paralelo com o CONCIIG e esse trabalho está a acontecer e vai continuar a acontecer e agora voltar-se-á a insistir na necessidade de se ter respostas às questões que foram colocadas com base naquilo que também sai do CONCIIG. Abordando a questão sobre o impacto, que reconhece como importante e que a Conselheira tem trazido, e bem, para este fórum considerou que, estando a ENICC desenhada como indicadores de processo e não de impacto, poder-se-á ainda recolher e elaborar no âmbito do momento da avaliação externa alguns indicadores de impacto. Considerou ainda que na fase de preparação da nova Estratégia poderemos ter já essa preocupação e naquilo que pudermos contribuir para essa nova Estratégia, de para além dos novos indicadores de processo, da implementação das atividades, etc, que é aquilo que a ENICC é neste momento, poderemos ter também alguns indicadores que permitam avaliar o impacto, até eventualmente por comparação com aquilo que era o estado, à data, da elaboração da atual ENICC referindo que se irá trabalhar nesse sentido e que este processo permite já ter um horizonte temporal um pouco mais alargado.-----

Em seguida foi dada a palavra à Conselheira Maria José Casa-Nova considerando que estas questões relacionadas com a habitação não se resolvem isoladamente com uma só entidade sendo necessária uma articulação envolvendo forçosamente as Associações Ciganas, os Municípios, o ACM, o IHRU, etc, para resolução do problema sublinhando a importância fundamental que a vontade, sob o ponto de vista das políticas locais, ou seja dos municípios, desempenha neste contexto sob pena de este se arrastar *ad aeternum* sem nunca ser resolvido. Desta forma considera que o IHRU isoladamente não consegue resolver este problema de modo algum recordando um comentário feito por um responsável municipal dizendo que sabia muito bem como resolver o problema das comunidades ciganas mas sabia também que quando os resolvesse, nunca mais seria eleito. No que se refere ao ObCIG fez menção para o prémio Pessoa de Mérito, atribuído este ano a Fernando Moital, pelo trabalho maioritariamente de voluntariado que tem realizado ao longo de mais de uma década em prol da integração recíproca da população cigana e neste caso da população cigana itinerante. O prémio será entregue no Seminário Internacional Anual do ObCIG que se realizará no dia 29 de novembro na Universidade do Porto, no seu Auditório Nobre, subordinado ao tema da Educação de Adultos e Comunidades Ciganas exatamente pela questão do analfabetismo numa parte substancial da população mais idosa cigana. Desta forma deixou o convite aos Conselheiros/as para estarem presentes referindo que oportunamente enviarão o programa para todos/as Conselheiros/as considerando ser um momento importante de partilha conjunta e espera-se também algum conhecimento, mais no que diz respeito à situação das pessoas ciganas relativamente à educação de adultos. -----

Seguidamente tomou a palavra à Conselheira Sónia Matos que alertou para a existência, cada vez mais frequente na sua experiência pessoal, do método de constituição de turmas constituídas apenas por meninos ciganos tendo dado vários exemplos como no sítio onde trabalha em Lisboa com uma turma de 14 alunos ciganos, na Ajuda e em Évora onde há turmas de PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação, constituídas apenas com meninos da comunidade cigana e igualmente em Santarém. Assim e enquanto mediadora cultural considera esta prática profundamente errada e esta situação problemática referindo que deveriam os Conselheiros/as analisar em que parâmetros é que o Ministério da Educação dará apoio para que estas turmas se criem, ou até que ponto isto é feito sem a sua autorização. Colocou ainda a questão se estas turmas podem existir por autoria do agrupamento ou se para existirem tem que haver uma aceitação por parte do Ministério da Educação.-----

Na sequência do seu pedido de intervenção foi dada a palavra à Conselheira Lina Varela da DGE para também reagir a esta intervenção, tendo informado de que se encontram a preparar um 3º Questionário sobre o perfil escolar das comunidades ciganas e em articulação com a DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, entidade que tem lançado os questionários anteriores, com a colaboração da DGE na construção do seu conteúdo, prevendo-se que ainda este ano seja lançado às escolas. Abordando o que a Conselheira Sónia Matos referiu, considerou que a Conselheira Cristina Pessoa da DGESTE como a mais indicada para falar desse assunto referindo, contudo que, à partida, a criação de turmas homogéneas não é de todo uma indicação, nem são os princípios preconizados pelo Ministério da Educação, sendo que o que a legislação prevê é a criação de turmas heterogéneas, isto aplicando-se a todas as situações quaisquer que sejam as características dos alunos. Portanto as turmas deverão ser, idealmente, heterogéneas na medida do possível. A conselheira referiu que seria importante conhecer-se os casos que foram mencionados, para se saber o que se poderá fazer tendo referido que se tem vindo a trabalhar em conjunto e muitas vezes com o ACM em casos específicos de que por vezes se tem conhecimento, havendo muitos casos destes que não chegam ao conhecimento da DGE, atuando em escolas, em equipa e perceber porque é que esta situação sucede. Referiu ainda que há escolas localizadas em bairros onde a maioria da população pertence às comunidades ciganas sendo muito difícil ou quase impossível estas não terem maioritariamente alunos das comunidades ciganas, pelo que muitas vezes é esta a justificação. -----

Seguidamente tomou a palavra a Conselheira Cristina Pessoa da DGEstE que, no seguimento da última parte da intervenção da Conselheira Lina Varela, considerou não lhe fazer sentido nenhum, nem haver orientações escritas nesse sentido, de que possam existir algumas restrições naquilo que diz respeito à constituição das turmas. Referindo ainda ser verdade que esta situação da constituição de turmas só com crianças de etnia cigana tem acontecido e que era do conhecimento público há alguns anos exatamente porque a escola estava inserida num meio em que era maioritariamente frequentada por crianças dessa etnia. Manifestando dificuldade em perceber que isso aconteça, referiu que o Ministério da Educação tem uma perspetiva sobre este tema que é a perspetiva da inclusão sublinhando que no caso em apreço se está a falar de ciganos, mas poder-se-ia estar a falar de outras dimensões mais específicas que compõem a sociedade portuguesa pelo que, sobretudo, do que se está a falar é de cidadãos portugueses. Nessa medida a questão é a de se querer saber porque é que há cidadãos portugueses que são agrupados em turmas e outros cidadãos portugueses que são

agrupados noutras turmas. Esclareceu ainda que a DGEstE tem a competência de aprovação de turmas sendo que normalmente a sua aprovação prende-se não com a sua constituição de acordo com estas ou aquelas características, mas com o número de turmas previstas, para aquela zona geográfica dentro daquele agrupamento ou daquela escola não agrupada. Desta forma não se trata propriamente de autorizar turmas. Solicitou assim, quer através da Conselheira Sónia Matos, quer através dos elementos presentes neste CONCIG, que a informassem, na medida em que esta é de facto uma questão mais da alçada da DGEstE, quais as escolas onde se verificam essas situações para que se pudesse indagar e responder após análise e investigação dessas situações, de modo a se saber a razão da sua ocorrência e se reportar essas informações. Estando a Conselheira nos Serviços Centrais, pode entrar em contacto com qualquer uma das direções de serviços e diligenciar para satisfazer este pedido de informação, o que farão de bom grado, tendo ainda referido que a DGEstE não dá orientações nenhuma às escolas no sentido da criação de turmas homogéneas não sendo estas situações do seu conhecimento, apenas às vezes pela Comunicação Social, tendo agradecido por os alertarem para o problema detetado e referiu ir tentar fazer parte da solução.-----

A Sra. Alta-Comissária agradeceu a disponibilidade para se encontrar uma melhor resposta informando que o NACI articulará diretamente com a Conselheira Sónia Matos para fazer chegar essa informação à Conselheira Cristina Pessoa.-----

Foi dada a palavra à Conselheira Mariana Bettencourt da RAM que deu nota de uma boa notícia referente à recente criação, no passado dia 24 de julho, da ACIRAM – a primeira Associação de Ciganos da Região Autónoma da Madeira, recebendo o apoio do Governo Regional no sentido de se conseguir um espaço físico para a sua integração. Esta Associação tem como objetivos ministrar cursos de formação e educação de adultos à comunidade cigana como também um nível básico dirigido essencialmente para as mulheres ciganas, a ocupação de tempos livres de crianças e Centro de Dia para idosos solicitando o apoio do Conselho na criação de parcerias com associações nacionais para a criação de sinergias e de boas práticas.--

A Sra. Alta-Comissária agradeceu a informação referindo que será feito um follow-up a esse contacto, numa articulação com os Conselheiros/as representantes de outras associações para se garantir esse apoio, manifestando a certeza da sua disponibilidade para essa partilha.-----

Seguidamente passou para o último pedido de intervenção passando a palavra à Conselheira Rita Mendes do IHRU que reforçou que gostaria de deixar claro, novamente, que a impossibilidade que apresenta, no momento, de dar resposta às questões que lhe foram colocadas prende-se apenas com uma estratégia interna do IHRU na qual é entendido ter um representante nestas reuniões que possa transmitir as questões que são colocadas e posteriormente encontrar uma solução para as mesmas. Nessa medida, não lhe cabe questionar essa opção considerando que, do seu ponto de vista pessoal, provavelmente até seria muito mais útil ter alguém que no momento pudesse de facto logo dar uma resposta imediata. Não tendo sido essa a opção das suas chefias irá transmitir o que aqui hoje se passou, inclusive diligenciar no sentido em que seja dada uma resposta cabal ao problema que foi colocado no início, conciliando as várias questões que foram colocadas nos diferentes pontos. Considerou ainda que a sugestão da Sra. Alta-Comissária e que certamente irá depois conciliar com a Presidente do IHRU, terá uma dimensão diferente do que das respostas que

estavam no momento pendentes, agradecendo que isso ficasse claro e que todos/as tivessem isso em consideração. -----

Retomou a palavra a Sra. Alta-Comissária agradecendo a disponibilidade de colaboração, referindo ir realizar esse contacto também ao nível da Presidência do IHRU de modo a articularem a sua presença na próxima reunião do CONCIG. Sublinhou que continuariam, como habitual, a sua articulação de trabalho quotidiana agradecendo às Associações que também colaboram com o ACM diariamente e que lhes possam fazer chegar as preocupações que tenham. Assegurou que esse follow-up também será feito a seguir à reunião de hoje e logo que o ObCIG obtenha informação relativa à Conferência, também se fará chegar esta informação. Nada mais havendo a tratar a Sr. Alta-Comissária deu por encerrada a 21ª reunião do CONCIG, agradecendo a participação de todos/as.-----

16 de novembro de 2021